

log das chances de eleição de um indivíduo em 0.92. Possuir nível superior aumentaria o log das chances ainda mais 0,917.

Ao longo das etapas do ajuste os componentes da variância de PRIMCOUM e de SEGCOUM foram retirados por apresentarem p-valor alto (ver Quadro 2). Isto indica que possuir Primeiro ou Segundo Grau completo teve um efeito geral para todo o país, mas não teve efeito diferenciado por UF. Possuir o Ensino Superior completo, por sua vez, teve efeito variado por UF, conforme evidenciado no Quadro 5.6 ($u_{4j} = 0,29$).

Concorrer à reeleição foi o atributo que teve o maior efeito fixo sobre a elegibilidade. Tudo o mais constante, em 2006, um candidato à reeleição teve 2.84 log de chances a mais que um candidato novato ($\gamma_5 = 2,8400$, conforme Quadro 5). Traduzindo em chances, um candidato à reeleição teve 17,11 vezes as chances de eleição de um novato com as mesmas características. O componente aleatório de REELEICA também apresentou p-valor grande ao longo das etapas de ajuste do modelo, sendo por esse motivo retirado do modelo. Cremos, por isso, que ‘concorrer à reeleição’ não teve efeito diferenciado por UF.

Na média nacional, os partidos que apresentaram 200 candidatos ou menos nas eleições de 2006 (representados no modelo pelas variáveis MdNANA e MdNANB), mais o PL, o PSC e o PTB não tiveram grande significância estatística (seu p-valor foi alto, conforme Quadro 5). Contudo, o p-valor da componente da variância desses partidos foi baixo (ver Quadro 6). Ou seja, embora quando considerados no país como um todo tais partidos não hajam tido efeito significativo, em algumas UFs, o peso desses partidos sobre os resultados eleitorais foi maior que em outras. Os demais partidos tiveram um importante efeito sobre os resultados eleitorais na média nacional. Tomando candidatos com as mesmas características, numa mesma UF, sairia em vantagem o candidato que fosse filiado ao PFL, com 2,15 log de chances a mais que um candidato pelo PV. Em seguida, viria um candidato pelo PMDB, com 2,07 log de chances de vantagem sobre o candidato do PV. Depois viria um do PT (1,83 log de chances a mais), um do PSDB (1,76 log de chances a mais), um do PSB (1,15 log de chances a mais), um do PPS (0,95 log de chances a mais), e um do PDT (0,76 log de chances a mais).

O PDT e o PFL apresentaram componentes da variância com p-valor alto (conforme Quadro 5.6), ou seja, esses dois partidos não tiveram comportamento diferenciado por UF, influenciando de igual modo a elegibilidade de seus candidatos por todo o país. A componente da variância dos demais partidos apresentou p-valor baixo (Quadro 6), indicando que a influência desses partidos sobre as chances de eleição variou de UF para UF.

Contribuições do caso para a sistematização do processo de pesquisa

Um resultado relevante do processo de ajuste do modelo foi o fato de que diversas variáveis apontadas pela literatura como importantes na explicação das eleições tiveram pouca significância estatística. Por apresentarem p-valor alto, ficaram de fora do modelo variáveis como: 1) no nível da UF: expectativa de vida ao nascer, taxa de alfabetização de adultos, PIB per capita, taxa de urbanização, densidade demográfica, densidade da disputa, razão de sexo no eleitorado, magnitude do distrito eleitoral e número de eleitoras por candidata; e 2) no nível do candidato: idade e estado civil. Além disso, o sexo dos candidatos não ter grande significância estatística na explicação das chances de eleição, considerando o Brasil como um todo, é fato curioso, em face das discussões sobre políticas afirmativas de promoção da participação feminina. Esses achados sugerem a necessidade de replicações de estudos eleitorais, e de um aprofundamento em pesquisas de comportamento político, para uma possível revisão das concepções antes consolidadas acerca dos determinantes dos resultados eleitorais.

Referências